

EQUIPAMENTOS CULTURAIS NA REGIÃO METROPOLITANA DE PORTO ALEGRE: DESAFIOS E POSSIBILIDADES DE AVALIAÇÃO A PARTIR DAS METAS DO PLANO NACIONAL DE CULTURA¹

Lucas Graeff²

Moisés Waismann³

Oscar Augusto Berg⁴

Resumo: Este artigo se inscreve no contexto de consolidação das políticas públicas para a cultura. Discutem-se os limites e possibilidades de um estudo sobre a oferta e a demanda de bens culturais, a partir da meta 31 do Plano Nacional de Cultura, bem como sobre as condições de difusão e centralização de equipamentos culturais, em municípios e regiões do Brasil. No delineamento de pesquisa, optou-se por uma abordagem de análise descritiva, a partir dos dados da Pesquisa Munic-IBGE 2012. Os resultados indicam que, apesar da necessidade de atualização sistemática das informações sobre os equipamentos culturais e o perfil histórico, étnico e cultural de cada município, escolaridade e renda não são variáveis explicativas da disponibilidade de equipamentos culturais para a população da região metropolitana estudada.

Palavras-chave: Equipamentos culturais. Região Metropolitana de Porto Alegre. Plano Nacional de Cultura.

Abstract: This paper is about the consolidation of cultural public policies in Brazil. We discuss the limits and possibilities of studying the supply and demand of cultural goods from the goal number 31 of Brazilian National Plan for Culture, as well as the conditions for diffusion and centralization of cultural facilities in Brazilian cities and regions. We decided to use a descriptive analysis approach using the data from the Study Munic-IBGE 2012. The results indicate that, despite the necessity of a systemic update of cultural facilities information and the historic, ethnic and cultural profile of each municipality, education and income are not explanatory variables of the availability of cultural facilities for the population of the studied metropolitan area.

Keywords: Cultural facilities. Porto Alegre Metropolitan Area. Brazilian National Plan for Culture.

Introdução

As políticas culturais no Brasil conformam uma temática que vem se impondo em debates acadêmicos, políticos e da sociedade civil organizada (BOTELHO, 2001; CALABRE, 2007; COSTA et al., 2011; FREY, 2000; MAIA, 2012; NUSSBAUMER, 2007; REIS, 2008; RUBIM, 2013). Da Constituição de 1988 até a sistematização final das Metas do Plano Nacional da Cultura (PNC), em dezembro de 2011, foram décadas de debates e conflitos

¹ Este trabalho conta com financiamento do CNPq (processo 475590/2013-9).

² Professor do Programa de Pós-Graduação do Centro Universitário La Salle (Unilasalle), Canoas, Rio Grande do Sul, Brasil. Doutor em Etnologia e Sociologia Comparada pela Universidade de Paris 5 – Sorbonne. Líder do Grupo de Pesquisa Memória, Cultura e Identidade (CNPq). e-mail: lucasgraeff@gmail.com.

³ Professor do Programa de Pós-Graduação do Centro Universitário La Salle (Unilasalle), Canoas, Rio Grande do Sul, Brasil. Doutorado em Educação pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos. Membro do Grupo de Pesquisa Estratégias Regionais (CNPq). e-mail: moises.waismann@bol.com.br.

⁴ Estudante do Curso de Bacharelado em Relações Internacionais do Centro Universitário La Salle (Unilasalle), Canoas, Rio Grande do Sul, Brasil. Bolsista de Iniciação Científica do CNPq. e-mail: oscar.b5@hotmail.com.

de interesses, no campo das políticas culturais. Neste início da segunda década do novo milênio, consolidou-se a reunião dos termos cultura, direitos e cidadania, nos termos de uma política de Estado (RUBIM, 2007). Isso não apenas redefine “valores, símbolos e significados, num jogo de interação e reciprocidade entre o instituído e o instituinte”, como escreve Maria da Glória Gohn (GOHN, 2005, p. 19), mas cria obrigações e direitos, no campo da cultura, que são passíveis de mapeamento, monitoramento e avaliação.

O presente artigo inscreve-se nesse contexto de consolidação das políticas públicas para a cultura. Discute os limites e as possibilidades de estudos futuros sobre o tema, tomando como base uma pesquisa piloto realizada pelo Observatório Cultural Unilasalle e pelo Observatório Unilasalle: Trabalho, Gestão e Políticas Públicas em 2013, que avaliou o estado da meta 31 do Plano Nacional de Cultura, na Região Metropolitana de Porto Alegre.⁵ O que se coloca em tela são pistas explicativas sobre a oferta e a demanda de bens culturais, bem como sobre as condições de difusão e centralização de equipamentos culturais, em determinados municípios e regiões do Brasil. Até que ponto desigualdades de renda e escolaridade, variáveis explicativas tradicionais das relações entre demanda e oferta de bens culturais (BENHAMOU, 2007; REIS, 2007) podem ser mitigadas por outras, como a antiguidade de um município, seu perfil de colonização étnica ou as características de suas elites ou grupos dirigentes?

De partida, adianta-se que não se objetiva, aqui, fornecer um quadro analítico consolidado que permita responder a essa pergunta. Reforça-se, portanto, a busca de caminhos que a pesquisa piloto abriu, a partir de seus resultados preliminares, cujo ponto de partida é o cruzamento entre as Metas do Plano Nacional de Cultura (BRASIL, 2012) e o banco de dados da Pesquisa de Informações Básicas Municipais (Munic) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Definindo o período de 2010-2013, que caracteriza não apenas os dados disponíveis, mas a própria longevidade do Plano Nacional de Cultura,⁶ a pesquisa piloto se apresentou como um monitoramento parcial dos municípios que compõem a Região Metropolitana de Porto Alegre. Se, de um lado, esse monitoramento já contribuiu para a afirmação ou reorientação de políticas, ações e programas culturais dos municípios em questão, de outro, ele contribuiu para o levantamento de hipóteses de trabalho e para o reconhecimento de limites e possibilidades de análise, a partir dos dados disponíveis.

Os equipamentos culturais no Plano Nacional de Cultura

Desde que cultura se impôs como um direito fundamental, envolvendo a produção, a difusão e a fruição de bens e serviços carregados de valor simbólico, as políticas públicas para a cultura, no Brasil, demandaram um

⁵ Disponível em: <<http://observatoriocultural.unilasalle.edu.br/?p=905>>. Acesso em: 10 jul. 2015.

⁶ Promulgado em dezembro de 2010, o Plano Nacional de Cultura teve suas metas definidas em debates públicos, ao longo de 2011. A publicação das metas deu-se no primeiro semestre de 2012 (BRASIL, 2012). Com duração estipulada em 10 anos, o horizonte de avaliação das metas do Plano foi estipulada em 2020.

esforço de sistematização, descentralização e institucionalização (CALABRE, 2007; RUBIM, 2013).⁷ Nos moldes do Sistema Único de Saúde, o Ministério da Cultura convocou diversos atores sociais para a formulação de um Sistema Nacional de Cultura, cujos principais elementos estruturantes foram dados pelo Plano Nacional de Cultura.

Pensado, debatido e construído junto à sociedade civil e aos movimentos sociais, sob a ótica da tridimensionalidade da cultura, o Plano Nacional de Cultura (PNC) é um conjunto de princípios, objetivos, diretrizes, estratégias e metas que orientam a formulação de políticas culturais pelo poder público, nos diferentes níveis da Federação, garantindo a valorização, o reconhecimento, a promoção e a preservação da diversidade cultural existente no Brasil. O plano tornou-se realidade após a aprovação da Emenda Constitucional 48, que adicionou o PNC ao Artigo 215 da Constituição Federal, entrando em vigor com a aprovação da Lei 12.343, de 2 de dezembro de 2010. Na lei, estabeleceu-se a necessidade de elaboração de metas por parte do Ministério da Cultura (MinC) para alcançar os objetivos do plano até o ano de 2020. Em dezembro de 2011, o Conselho Nacional de Política Cultural (CNPC) aprovou a versão final do documento, que compreende 53 metas para o ano de 2020 e foi publicado pelo MinC, em junho de 2012 (BRASIL, 2012).

Dentre as 53 metas do PNC, 13 referem-se aos denominados “espaços culturais”. Segundo Teixeira Coelho (COELHO, 1997), espaço cultural é uma categoria ampla, que abarca desde instituições e equipamentos culturais até práticas culturais locais e efêmeras, que fazem de um espaço inabitado ou impessoal um espaço de cultura. Mais precisamente, Teixeira Coelho destaca que o termo “implica, de fato, uma desterritorialização da cultura ou dos modos culturais: práticas inicial ou originariamente exercidas num determinado lugar passam a sê-lo num outro lugar com o qual não estão histórica e socialmente ligadas” (COELHO, 1997, p. 548). Segundo o autor, essa “desterritorialização” é marcada historicamente pela gestão de André Malraux no Ministério da Cultura da França, nos anos de 1959-1969, período em que as políticas culturais dotaram o país

de uma rede de estabelecimentos ou equipamentos cuja proposta era democratizar a cultura e dotar o indivíduo dos recursos necessários para o enfrentamento das tendências, já bem nítidas naquele momento, de mercantilização da cultura. (COELHO, 1997, p. 547)

Considerando “espaço cultural” como uma categoria que ainda não dispõe de um refinamento conceitual próprio, ainda que apoiada nas importantes contribuições das ciências humanas e sociais, no que se refere às noções de espaço e cultura, o termo “equipamento cultural” vem se impondo nos debates sobre políticas culturais no Brasil – como, aliás, o próprio PNC indica, a partir do linguajar utilizado em suas metas para 2020 (ver Tabela

⁷ Os direitos culturais podem ser definidos como um conjunto de direitos de quarta geração. Segundo Maria da Glória Gohn, “Na sociedade política, o tema dos direitos fez-se presente, nas últimas duas décadas, na criação de leis e orientação para políticas públicas: inicialmente na área dos direitos humanos e políticos – ao final do regime militar; posteriormente, na área dos direitos sociais – no período de transição para a democracia, especialmente na fase da elaboração da Constituição de 88; e, ao final dos anos 90 e início deste novo milênio, na área dos direitos culturais, aliados ao tema da justiça e da equidade social”. (GOHN, 2005, p. 19) Em linhas gerais, os direitos culturais reúnem o “direito à identidade e à diversidade cultural, direito à participação na vida cultural, direito autoral e direito/dever de cooperação cultural internacional”. (BRASIL, 2010, p. 161)

1). Com efeito, “equipamentos culturais” são “tanto edificações destinadas a práticas culturais (teatros, cinemas, bibliotecas, centros de cultura, filmotecas, museus) quanto grupos de produtores culturais abrigados ou não, fisicamente, numa edificação ou instituição (orquestras sinfônicas, corais, corpos de baile, companhias estáveis, etc.)” (COELHO, 1997, p. 546). Sob esse ponto de vista, há uma tangibilidade na apreensão de grupos, instituições, estabelecimentos e “espaços” culturais. É possível não apenas circunscrevê-los espacialmente – através do CEP de um coral ou do *leading singer* de uma banda de rock, por exemplo –, mas localizá-los nos dados de institutos de pesquisa e análise estatística, como o IBGE ou o IPEA.

Sob esse ponto de vista, a nomenclatura “equipamentos culturais” é uma opção instrumental. Ainda que a noção de espaço seja profícua para dar conta da gama de práticas culturais que se produzem em uma dada sociedade, a de equipamento carrega consigo a tangibilidade, sem descartar as dinâmicas de fruição, produção, circulação e diversificação de práticas e bens culturais. Os equipamentos culturais dão conta potencialmente dos direitos culturais (dimensão cidadã), da promoção do trabalho, da renda e da tributação (dimensão econômica) e da difusão da diversidade cultural (dimensão simbólica). O Quadro 1, a seguir, sistematiza as metas do PNC vinculadas aos equipamentos culturais, indicando o potencial tridimensional da cultura presente no conceito de equipamento cultural aqui apresentado.

Quadro 1 – Metas vinculadas aos Equipamentos Culturais

Número	Descrição
18	Aumento em 100% no total de pessoas qualificadas anualmente em cursos, oficinas, fóruns e seminários com conteúdo de gestão cultural, linguagens artísticas, patrimônio cultural e demais áreas da cultura
21	150 filmes brasileiros de longa-metragem lançados ao ano em salas de cinema
23	15 mil Pontos de Cultura em funcionamento, compartilhados entre o Governo Federal, as Unidades da Federação (UF) e os municípios integrantes do Sistema Nacional de Cultura (SNC)
28	Aumento em 60% do número de pessoas que frequentam museu, centro cultural, cinema, espetáculos de teatro, circo, dança e música
29	100% de bibliotecas públicas, museus, cinemas, teatros, arquivos públicos e centros culturais atendendo aos requisitos legais de acessibilidade e desenvolvendo ações de promoção da fruição cultural por parte das pessoas com deficiência
30	37% dos municípios brasileiros com cineclube
31	Municípios brasileiros com algum tipo de instituição ou equipamento cultural, entre museu, teatro ou sala de espetáculo, arquivo público ou centro de documentação, cinema e centro cultural
32	100% dos municípios brasileiros com ao menos uma biblioteca pública em funcionamento
33	1.000 espaços culturais integrados a esporte e lazer em funcionamento

34	50% de bibliotecas públicas e museus modernizados
35	Gestores capacitados em 100% das instituições e equipamentos culturais apoiados pelo Ministério da Cultura
41	100% de bibliotecas públicas e 70% de museus e arquivos disponibilizando informações sobre seu acervo no SNIIC
43	100% das Unidades da Federação (UF) com um núcleo de produção digital audiovisual e um núcleo de arte, tecnologia e inovação

Fonte: Elaboração dos autores, a partir das Metas do Plano Nacional de Cultura (BRASIL, 2012).

Para os fins deste artigo, a definição de “equipamentos culturais” é operacional, em virtude de sua tangibilidade, e adequada, no que se refere ao caráter tridimensional da cultura, que informa as políticas culturais no Brasil, desde a gestão Gilberto Gil.⁸ A partir dela, foi possível definir uma abordagem inicial de uma parcela da oferta de cultura na Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA), a qual poderá se desdobrar em investigações posteriores sobre a demanda – pesquisas de público e de práticas de frequência, entre outras. Para além de apresentar alguns resultados indicativos sobre a oferta de equipamentos culturais na RMPA, o processo de pesquisa e avaliação realizado permite indicar caminhos e obstáculos para essas futuras investigações.

Avaliando a oferta de equipamentos culturais na Região Metropolitana de Porto Alegre⁹

Dentre as metas do PNC que fazem referência aos equipamentos culturais, a de número 31 se presta a uma análise preliminar da oferta de cultura em um dado município. Trata-se, sobretudo, de uma meta estratégica, que dá conta de equipamentos e espaços culturais “nobres” ou “típicos”¹⁰ e, sobretudo, porque é passível de mensuração imediata, a partir dos dados disponibilizados pela Pesquisa Munic-IBGE 2012. Em sua apresentação, a Meta 31 engloba museus (equipamentos de tipo 1), teatros ou salas de espetáculo (equipamentos de tipo 2), arquivos públicos ou centros de documentação (equipamentos de tipo 3), cinemas (equipamentos de tipo 4) e centros culturais (equipamentos de tipo 5). No rol desses equipamentos, a Meta almeja uma especificidade de

⁸ Sobre a tridimensionalidade da cultura, sugere-se consulta ao site: <<http://www.cultura.gov.br/site/formularios/credenciamento-de-pareceristas/as-tres-dimensoes-da-cultura/>>. Segundo Antonio Canelas Rubim, o documento do PNC tem “recaídas economicistas”, apresentando a tridimensionalidade ora como simbolismo, cidadania e economia, ora como simbolismo, direito de cidadania e desenvolvimento (RUBIM, 2009, p. 8).

⁹ Alguns dos resultados apresentados nesta seção já foram objeto de uma divulgação do Observatório Cultural Unilasalle (http://observatoriocultural.unilasalle.edu.br/wp-content/uploads/2013/11/Informativo_metas_PNC_altsmallpdf.com_.pdf).

¹⁰ Museus, teatros, arquivos e bibliotecas são os equipamentos culturais públicos, por excelência, no que se refere ao proselitismo da cultura erudita nos países europeus (COELHO, 1997; PASSERON, 1995). Junto com escolas e universidades, é a partir desses locais que emana e é difundida a “cultura” ou a “identidade” nacional. É nesse sentido que os autores deste artigo entendem que os equipamentos culturais da Meta 31 do PNC são “nobres” ou “típicos”. Sua nobreza e tipicidade vem do próprio sistema de fins possíveis das ações e políticas culturais, conforme Passeron (1995): converter grupos ou o conjunto da sociedade aos bens e serviços culturais consagrados; desenvolver a expressão autônoma das formas espontâneas, minoritárias ou “populares”; e promover ações culturais de vanguarda, capazes de abolir as fronteiras entre uma cultura de elite e a cultura “em geral”. Sob esse ponto de vista, os “centros” ou “casas” de cultura se tornam um dos mecanismos favoritos das políticas culturais ocidentais, em particular na França, a partir dos anos de 1950 (COELHO, 1997).

oferta própria ao tamanho do município em número de habitantes. O Quadro 2 apresenta a Meta 31 do PNC de forma resumida:

Quadro 2 – Resumo da Meta 31 do PNC

Número de cidades por faixa populacional	O que esta meta pretende alcançar
2.551 cidades com população de até 10 mil habitantes (Faixa 1)	35% delas (ou seja, 893 cidades) com ao menos 1 tipo de espaço cultural
1.370 cidades com população entre 10 mil e 20 mil habitantes (Faixa 2)	20% delas (ou seja, 274 cidades) com ao menos 2 tipos de espaço cultural
1.055 cidades com população entre 20 mil e 50 mil habitantes (Faixa 3)	20% delas (ou seja, 211 cidades) com ao menos 3 tipos de espaço cultural
316 cidades com população entre 50 mil e 100 mil habitantes (Faixa 4)	55% delas (ou seja, 174 cidades) com ao menos 3 tipos de espaço cultural
233 cidades com população entre 100 e 500 mil habitantes (Faixa 5)	60% delas (ou seja, 140 cidades) com ao menos 4 tipos de espaço cultural
40 cidades com população com mais de 500 mil habitantes (Faixa 6)	100% delas (ou seja, 40 cidades) com ao menos 4 tipos de espaço cultural

Fonte: Elaboração dos autores, a partir das Metas do Plano Nacional de Cultura (BRASIL, 2012).

No delineamento de pesquisa, optou-se por uma abordagem de análise descritiva, a partir dos dados da Pesquisa Munic-IBGE 2012. A fim de obter os dados, a equipe fez um recorte, por regiões metropolitanas, elegendo a de Porto Alegre com o objetivo de desenvolver um estudo pertinente ao entorno no qual se encontra o Observatório Cultural Unilasalle¹¹ e os grupos de pesquisa Memória, Cultura e Identidade e Estratégias Regionais. A tabulação dos dados foi feita em Excel e, o mapeamento, no TerraView.

No que se refere às regiões metropolitanas, a opção por esse conjunto de municípios deve-se pela sua caracterização em termos de sistemas socioeconômicos (AZEVEDO, 1967). Como indica o Art. 157 da Constituição Federal de 1988, o que importa não é necessariamente o vínculo administrativo entre os municípios que compõem uma dada região metropolitana, mas a integração social e econômica que se estabelece entre esses entes federativos (BRASIL, 1988). Outrossim, o texto constitucional de 1988 ampliou o número de figuras correspondentes às unidades regionais, formalizando as categorias das aglomerações urbanas e microrregiões. Esta disposição mostrou-se útil, no sentido de propiciar a organização regional em qualquer parte do país que o requeira. Tornou-se possível, assim, reservar, apenas àquelas regiões dotadas de funções e estruturação claramente metropolitanas, o termo de Região Metropolitana (HOTZ, 2000).

Com relação às demais regiões metropolitanas do país, a de Porto Alegre é a segunda em número de municípios e em área, porém a quinta em número de habitantes e PIB (Tabela 1). Para além do aspecto descritivo desses dados, eles indicam as desigualdades entre as regiões metropolitanas brasileiras e dessas com relação às

¹¹ Vinculado ao Centro Universitário La Salle Canoas, o Observatório Cultural Unilasalle é um núcleo de pesquisa e extensão que tem por missão contribuir na promoção da cidadania cultural, por meio do esforço da compreensão da dinâmica econômica da cultura. O Observatório tem como área de excelência a observação e o mapeamento do patrimônio cultural, em todas as suas formas e expressões, e visa qualificar e formular ferramentas de gestão e de inovação cultural.

demais aglomerações urbanas e microrregiões do país. Em termos populacionais, por exemplo, depreende-se uma concentração de 29% da população em cerca de 3% dos municípios brasileiros. Ou, ainda, no que se refere à produção: enquanto a Região Metropolitana de São Paulo (RMSP) apresenta um PIB *per capita* de R\$ 38.671,00, o restante do país contabiliza R\$ 19.093,00. Essas desigualdades se refletem tanto no lado do consumo quanto na oferta de bens e serviços, em específico dos bens e serviços culturais, que são o motivo desta proposição de trabalho.

Tabela 1 – Informações socioeconômicas das Regiões Metropolitanas no ano de 2013

Região Metropolitana	População (hab.)	Área (km ²)	Quantidade de Municípios	de PIB(2)
Belo Horizonte	5.182.977	9.467.797	34	132.867.637,59
Brasília (1)	4.041.042	55.350.058	23	179.735.378,29
Fortaleza	3.782.634	5.791.000	15	56.744.939,29
Porto Alegre	4.011.224	10.234.012	34	125.271.813,37
Recife	3.859.445	2.768.400	14	66.930.093,00
Rio de Janeiro	12.064.657	5.292.139	19	331.581.997,67
Salvador	3.884.425	4.375.123	13	89.865.486,24
São Paulo	20.775.117	7.947.300	39	803.397.167,01
Brasil	201.032.714	8.515.767.049	5.570	4.245.140.680,00

(1) Para a cidade de Brasília (Distrito Federal) foram selecionados os dados relativos à Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno, criada pela Lei Complementar n° 94, de 19 de fevereiro de 1998.

(2) valores correntes corrigidos, para 1 de outubro de 2013, através do índice geral de preços-disponibilidade interna (IGP-DI) da Fundação Getúlio Vargas.

Fonte: Elaboração dos autores, a partir de dados do IBGE (BRASIL, 2014).

Contando com uma renda *per capita* de R\$ 31.230,00, a Região Metropolitana de Porto Alegre coloca-se entre as cinco regiões mais ricas do Brasil. Considerando as taxas de escolaridade de sua população, a região coloca-se em níveis inferiores às das regiões metropolitanas de Recife, Salvador, Belo Horizonte, São Paulo e Rio de Janeiro (BC DEPEC, 2013). Não obstante, sua capital, Porto Alegre, é reconhecidamente um centro de reunião e difusão de práticas culturais e artísticas (CORTE REAL, 1984; GASTAL, 2008). Em virtude desses elementos, os autores deste artigo avançaram a hipótese de que as variações de oferta de equipamentos culturais tradicionais nos municípios que integram a Região Metropolitana de Porto Alegre lançam pistas para a compreensão de quais perfis de metrópoles e de municípios explicam as eventuais condições de difusão e centralização de bens culturais em uma dada região metropolitana. Tais pistas levam a pensar em desigualdades de renda e escolaridade como variáveis explicativas das relações entre demanda e oferta de bens culturais, conforme a literatura costuma avançar? Ou, ao contrário, é preciso abrir o leque de variáveis, quando se trata de compreender tais relações?

Para início de análise, a Tabela 2, a seguir, relaciona a presença ou ausência dos cinco tipos de equipamentos culturais descritos na Meta 31 do PNC, no âmbito dos 34 municípios da Região Metropolitana de Porto Alegre, apreciados de acordo com sua respectiva faixa populacional (de 1 a 6). A última coluna, “somatório”, exibe o total simples das presenças/ausências de equipamentos culturais, por tipo e por município – e não o conjunto de equipamentos culturais efetivamente presente em cada cidade. Essa informação é importante, pois a Pesquisa Munic-IBGE 2012 não informa o número total de equipamentos, o que parece refletir uma preocupação com o mapeamento de municípios e equipamentos culturais, segundo os critérios do Plano Nacional de Cultura.

Tabela 2 – Equipamentos Culturais nos municípios da Região Metropolitana de Porto Alegre

Município	Faixa populacional de acordo com PNC	Tipos de Equipamentos Culturais							
		Cinemas	Museus	Teatros ou salas de espetáculos	Teatro	Centro Cultural	Arquivo público e/ou Centro de Documentação	Somatório	Meta
Alvorada	entre 100 e 500 mil habitantes	Não	Não	Não	Sim	Não	Não	1	4
Araricá	até 10 mil habitantes	Não	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	4	1
Arroio dos Ratos	entre 10 mil e 20 mil habitantes	Não	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	4	2
Cachoeirinha	entre 100 e 500 mil habitantes	Sim	Sim	Sim	Não	Não	Não	3	4
Campo Bom	entre 50 mil e 100 mil habitantes	Sim	Não	Sim	Sim	Não	Não	3	3
Canoas	entre 100 e 500 mil habitantes	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	5	4
Capela de Santana	entre 10 mil e 20 mil habitantes	Não	Não	Não	Não	Sim	Sim	2	2
Charqueadas	entre 20 mil e 50 mil habitantes	Não	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	4	3
Dois Irmãos	entre 20 mil e 50 mil habitantes	Não	Sim	Sim	Sim	Não	Sim	4	3
Eldorado do Sul	entre 20 mil e 50 mil habitantes	Não	Não	Não	Não	Não	Não	0	3
Estância Velha	entre 20 mil e 50 mil habitantes	Não	Sim	Sim	Sim	Não	Não	3	3
Esteio	entre 50 mil e 100 mil habitantes 4	Não	Não	Sim	Sim	Não	Não	2	3
Glorinha	até 10 mil habitantes	Não	Não	Não	Não	Não	Não	0	1
Gravataí	entre 100 e 500 mil habitantes	Não	Sim	Sim	Sim	Não	Não	3	4
Guaíba	entre 50 mil e 100 mil habitantes	Não	Sim	Sim	Sim	Não	Não	3	3
Igrejinha	entre 20 mil e 50 mil habitantes	Não	Sim	Não	Não	Sim	Sim	3	3
Ivoti	entre 20 mil e 50 mil habitantes	Não	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	5	3
Montenegro	entre 50 mil e 100 mil habitantes	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Sim	5	3
Nova Hartz	entre 10 mil e 20 mil habitantes	Não	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	5	2

Nova Santa Rita	entre 20 mil e 50 mil habitantes	Não	Sim	Não	Não	Não	Não	1	3
Novo Hamburgo	entre 100 e 500 mil habitantes	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	5	4
Parobé	entre 50 mil e 100 mil habitantes	Não	Sim	Não	Não	Não	Não	1	3
Portão	entre 20 mil e 50 mil habitantes	Não	Sim	Não	Não	Não	Sim	2	3
Porto Alegre	mais de 500 mil habitantes	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	5	4
Rolante	entre 10 mil e 20 mil habitantes	Não	Sim	Não	Sim	Sim	Não	3	2
Santo Antônio da Patrulha	entre 20 mil e 50 mil habitantes	Não	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	5	3
São Jerônimo	entre 20 mil e 50 mil habitantes	Não	Não	Não	Não	Sim	Sim	2	3
São Leopoldo	entre 100 e 500 mil habitantes	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	6	3
São Sebastião do Caí	entre 20 mil e 50 mil habitantes	Não	Sim	Não	Não	Não	Sim	2	2
Sapiranga	entre 50 mil e 100 mil habitantes	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	5	3
Sapucaia do Sul	entre 100 e 500 mil habitantes	Não	Sim	Sim	Sim	Não	Não	3	3
Taquara	entre 50 mil e 100 mil habitantes	Não	Sim	Sim	Sim	Não	Sim	4	3
Triunfo	entre 20 mil e 50 mil habitantes	Não	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	5	3
Viamão	entre 100 e 500 mil habitantes	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Sim	5	3

Fonte: Observatório Cultural Unilasalle (UNILASALLECULT, 2014).

Como se percebe pela leitura da Tabela 2, apenas 10 dos 34 municípios da região apresentam um somatório de presença/ausência de equipamentos culturais típicos abaixo da meta estipulada segundo a faixa populacional. De um ponto de vista da gestão federativa, os municípios da Região Metropolitana de Porto Alegre contribuem para o atingimento da Meta 31 do PNC. Por outro lado, como é possível depreender, a partir de uma síntese (Tabela 3), são os municípios cuja população se situa entre 100 mil e 500 mil habitantes que pesam negativamente visando ao alcance da meta. Nessa faixa, composta por 8 municípios metropolitanos, apenas Canoas, Novo Hamburgo, São Leopoldo e Viamão atendem a meta de disposição de pelo menos 4 tipos de equipamentos culturais. Assim, os municípios de Alvorada, Cachoeirinha, Gravataí e Viamão deverão fazer esforços no sentido de incentivar o estabelecimento de equipamentos culturais em suas municipalidades, para que a Meta 31 do PNC seja integralmente alcançada pela Região Metropolitana de Porto Alegre até o ano de 2020.

Tabela 3 – Estágio Atual da Meta 31 do PNC nos municípios da Região Metropolitana de Porto Alegre

Faixa Habitacional	Total de Municípios	Valor Meta	Valor Encontrado	Meta Alcançada
1- até 10.000	2	35%	50%	Sim
2- 10.001 a 20.000	4	20%	100%	Sim
3- 20.001 a 50.000	12	20%	58%	Sim
4- 50.001 a 100.000	7	55%	71%	Sim
5- 100.001 a 500.000	8	60%	50%	Não

6- maior de 500.000	1	100%	100%	Sim
---------------------	---	------	------	-----

Fonte: Observatório Cultural Unilasalle (UNILASALLECULT, 2014).

Visando ampliar a descrição inicial do estágio em que se encontram os municípios da região metropolitana de Porto Alegre, com relação à Meta 31 do PNC e, sobretudo, discutir a necessidade de variáveis alternativas ao emprego e escolaridade, enquanto fatores explicativos das relações entre oferta e demanda de bens culturais, os autores deste artigo sistematizaram a Tabela 4, a seguir, que correlaciona somatório de tipos de equipamentos culturais, renda *per capita* e escolaridade da população.

Tabela 4 – Tipos de equipamentos culturais, renda *per capita* e escolaridade dos municípios da Região Metropolitana de Porto Alegre

Município	Somatório dos Equipamentos Culturais	PIB <i>per capita</i> ¹	IDHM Educação ²	Posição somatório de equipamentos culturais	Posição PIB <i>per capita</i>	Posição IDHM Educação
Alvorada	1	8.802	0,564	30	34	28
Araricá	4	17.456	0,547	12	26	33
Arroio dos Ratos	4	10.294	0,583	12	32	25
Cachoeirinha	3	40.556	0,675	17	3	3
Campo Bom	3	27.422	0,643	17	15	9
Canoas	5	53.477	0,636	2	2	11
Capela de Santana	2	10.150	0,525	25	33	34
Charqueadas	4	29.943	0,659	12	11	5
Dois Irmãos	4	29.509	0,633	12	14	13
Eldorado do Sul	0	23.941	0,609	33	19	18
Estância Velha	3	20.286	0,652	17	22	7
Esteio	2	33.632	0,662	25	6	4
Glorinha	0	36.994	0,593	33	4	22
Gravataí	3	31.805	0,636	17	8	12
Guaíba	3	29.679	0,639	17	13	10
Igrejinha	3	30.355	0,571	17	9	27
Ivoti	5	25.225	0,729	2	18	1
Montenegro	5	32.811	0,654	2	7	6
Nova Hartz	5	29.718	0,563	2	12	29
Nova Santa Rita	1	30.078	0,606	30	10	19
Novo Hamburgo	5	25.791	0,629	2	16	14
Parobé	1	15.280	0,562	30	29	30
Portão	2	25.691	0,584	25	17	24
Porto Alegre	5	36.095	0,702	2	5	2
Rolante	3	16.914	0,553	17	28	32
Santo Antônio da	5	16.950	0,594	2	27	21
São Jerônimo	2	17.462	0,56	25	25	31
São Leopoldo	6	21.792	0,612	1	21	17
São Sebastião do Caí	2	21.993	0,646	25	20	8
Sapiranga	5	19.859	0,598	2	23	20

Sapucaia do Sul	3	18.457	0,624	17	24	16
Taquara	4	15.248	0,579	12	30	26
Triunfo	5	255.036	0,629	2	1	15
Viamão	5	10.332	0,591	2	31	23

(1) Valores de 2011 corrigidos para 1 de outubro de 2013, através do índice geral de preços-disponibilidade interna (IGP-DI) da Fundação Getúlio Vargas.

(2) Valores de 2010.

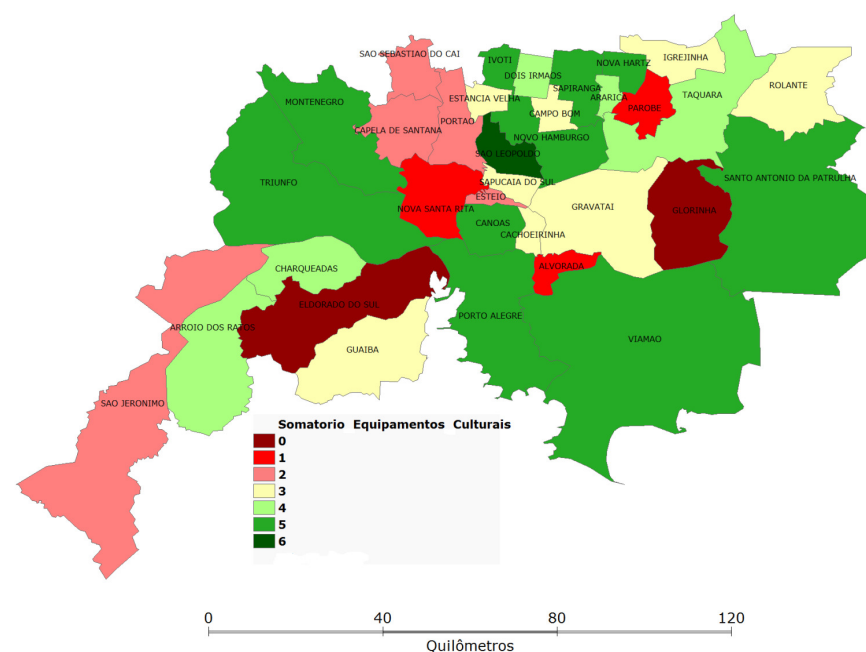
Fonte: Observatório Cultural Unilasalle (UNILASALLECULT, 2014).

A Tabela 4 indica uma relação aparente, em alguns casos, entre a presença de equipamentos culturais, a renda *per capita* e o IDHM-Educação. Verifica-se, por exemplo, que o município de Alvorada está na 34ª posição em relação ao somatório de equipamentos culturais, na 34ª em relação ao PIB *per capita* e na 28ª, em termos de IDHM-Educação. Quando se observa o município de Ivoti, cujo IDHM-Educação é o melhor da RMPA, também se percebe uma alta colocação em termos de equipamentos culturais (2ª posição), mas o mesmo não se repete no PIB *per capita*. Já o município de maior PIB *per capita* da Região Metropolitana, Triunfo, a boa colocação em termos de presença de equipamentos culturais não é acompanhada pelo IDHM-Educação. Ou, ainda, São Leopoldo: sendo o único município cujos dados indicam a presença de todos os equipamentos culturais listados na Meta 31 do PNC, assume apenas a 21ª posição no PIB *per capita* e a 17ª em IDHM-Educação.

Por fim, para além do aspecto descritivo, fez-se a análise da correlação entre as três variáveis supracitadas. Como era de se esperar, não se percebeu uma correlação significativa entre o PIB *per capita* e o IDHM-Educação (0,19) ou entre o somatório de equipamentos culturais e o PIB *per capita* (0,20). No que se refere ao cruzamento entre IDHM-Educação e equipamentos culturais, o resultado foi um pouco mais alto, mas ainda pouco significativo (0,29).

Posto que escolaridade e renda não se apresentam significativamente relacionadas à presença/ausência de equipamentos culturais típicos na Região Metropolitana de Porto Alegre, a equipe de pesquisa desenvolveu uma representação gráfica a partir dos dados tabulados (Figura 1). O objetivo foi o de dimensionar eventuais relações de oferta de equipamentos culturais com “centros” ou “corredores” culturais. Ou seja: no caso da Região Metropolitana de Porto Alegre, indagou-se sobre a possibilidade de alguns municípios estarem contribuindo para a difusão ou a centralização de equipamentos culturais.

Figura 1 – Somatório de Espaços Culturais nos municípios da Região Metropolitana de Porto Alegre



Fonte: Observatório Cultural Unilasalle (UNILASALLECULT, 2014).

Analisando a Figura 1, avançou-se a hipótese de que existem dois núcleos culturais na Região Metropolitana de Porto Alegre, o primeiro organizado em torno da capital, Porto Alegre, e o segundo em torno dos municípios de Novo Hamburgo e São Leopoldo, na microrregião do Vale dos Sinos. Esses núcleos se desdobrariam a partir de um “corredor cultural” formado por uma linha imaginária, traçada entre os municípios de São Sebastião do Caí e Glorinha, que separaria a capital gaúcha e sua periferia imediata dos municípios do Vale dos Sinos, mais próximos da Serra Gaúcha. Essa divisão, sob o ponto de vista de espaços culturais, relaciona-se também a uma divisão econômica característica da Região Metropolitana de Porto Alegre: no eixo norte-sul, concentra-se um setor coureiro-calçadista, de cunho comercial e mais especializado, enquanto que o parque industrial mais diversificado, com produtos de maior valor agregado, se localiza na cidade e na periferia imediata de Porto Alegre (MARTINS, 2013).

Mais abaixo no mapa, identifica-se uma segunda linha imaginária, que separa o sudoeste da região metropolitana, formado pelos municípios de Arroio dos Ratos, Charqueadas, Eldorado do Sul, Guaíba e São Jerônimo, da região centro-oriental do Rio Grande do Sul. Em termos de comparação, o conjunto desses municípios apresenta uma presença média dos equipamentos culturais aferidos pela Meta 31 do PNC significativamente inferior à média do restante da Região Metropolitana (2,6 tipos de equipamentos/município, no primeiro caso, e 3,44 tipos de equipamentos/município, no segundo).

Por fim, a análise geográfica da presença de equipamentos culturais típicos por municípios da região metropolitana chama a atenção para as cidades de Triunfo, Montenegro, Santo Antônio da Patrulha e Viamão, que apresentam um somatório elevado de tipos de equipamentos. Avança-se, nesse caso, uma hipótese histórica: assim

como Porto Alegre e São Leopoldo, destacados centros culturais em nossa pesquisa, os referidos municípios são focos antigos de colonização. Até o final da República Velha, em 1930, todos eram núcleos de desenvolvimento que, como Porto Alegre, deram origem a municípios vizinhos.¹² A exceção aparente nesse caso é a cidade de Gravataí, cujas raízes também datam do século XIX, mas que não se apresenta como um local de concentração de equipamentos culturais, segundo os critérios deste artigo. Não obstante, vale lembrar que o município conta com teatro e museu municipais.

A fim de ampliar essa hipótese, os autores desse artigo se interrogaram sobre a relação entre emancipação de um município e a presença de equipamentos culturais em seus limites administrativos. A Tabela 5 traz uma visão ilustrativa a esse respeito,

Tabela 5 – Equipamentos culturais nos municípios emancipados e desmembrados da Região metropolitana em comparação aos municípios de origem

Ano	Município	Nº Equipamentos Culturais	Município de Origem	Nº Equipamentos Culturais Município de Origem
1982	Charqueadas	4	São Jerônimo	2
1982	Parobé	1	Taquara	4
1987	Capela de Santana	2	Portão	2
			Canoas	5
1987	Nova Hartz	5	Sapiranga	5
1988	Eldorado do Sul	0	Guaíba	3
1988	Glorinha	0	Gravataí	3
1992	Nova Santa Rita	1	Canoas	5
1995	Araricá	4	Sapiranga	5
			Nova Hartz	5

Fonte: Observatório Cultural Unilasalle (UNILASALLECULT, 2014).

Observando-se a Tabela 5, percebe-se que, dos oito municípios emancipados entre as décadas de 1980 e 90 e que aderiram à Região Metropolitana de Porto Alegre, seis deles apresentam menos equipamentos culturais típicos do que seus municípios de origem. Por outro lado, há casos em que essa discrepância não ocorre de forma significativa (Nova Harz e Araricá) e, sobretudo, onde a relação é invertida (Charqueadas). Assim, ainda que a emancipação tardia de um município possa se vincular à presença/ausência de equipamentos culturais, interessa aprofundar essa relação, a partir da análise de outras variáveis históricas – como o perfil da classe dirigente e da sociedade civil, em termos de renda, escolaridade e origens étnicas, por exemplo – e das relações políticas,

¹² Os referidos municípios já tinham administração própria no século XIX: Santo Antônio da Patrulha (1809), Triunfo (1831), Montenegro (1873) e Viamão (1880), ao passo que 70% dos municípios que formam atualmente a Região Metropolitana só foram criados no século XX (MARTINS, 2013, p. 7).

econômicas, administrativas e sociais que o novo município estabeleceu com o município de origem ou outras municipalidades limítrofes, especialmente no que se refere a políticas e práticas culturais.

Conclusões e pistas de investigação

No texto das Metas do Plano Nacional de Cultura, percebe-se uma grande preocupação em relação à presença de equipamentos culturais nas pequenas cidades: “Hoje, nem todas as cidades têm espaços culturais. A falta deles ocorre principalmente nas cidades pequenas. Em 2009, segundo a pesquisa Munic-IBGE, das 4.976 cidades com menos de 50 mil habitantes, somente 1.943 cidades (39%) possuíam um tipo de espaço cultural” (BRASIL, 2012, p. 90). A tomada de consideração dos pequenos municípios é vital sob a perspectiva da cidadania e dos direitos culturais, que apregoa a descentralização e a diversificação da oferta de bens e equipamentos culturais no país (ALBINATI, 2010; CALABRE, 2011; NUSSBAUMER, 2007).¹³

No caso da Região Metropolitana de Porto Alegre, porém, tudo indica que a situação mais crítica se encontra nos municípios na faixa de 100 mil a 500 mil habitantes. Essa conclusão interessa não pelo aparente contraponto ao enfoque na descentralização por via das pequenas cidades, mas porque carrega consigo um conjunto de pistas de investigação. Nesse sentido, é importante destacar a hipótese fundamental, levantada neste estudo: renda e escolaridade são variáveis que contribuem para a compreensão da oferta de equipamentos culturais em um dado município, mas uma explicação detalhada depende da análise de dados referentes ao seu perfil histórico, étnico e cultural, bem como de suas relações com as cidades circundantes e, em especial, de suas relações de dependência com o principal polo regional, a capital Porto Alegre. Isso significa dizer que a decisão pela construção de um equipamento cultural – teatro, museu etc. – pode ser esmiuçada a partir de relações de força estabelecidas entre grupos sociais e as classes dirigentes de um município, ao longo do tempo, quer seja do ponto de vista de equipamentos públicos ou privados. Ou, no caso de uma reflexão sobre as relações entre polos regionais e cidades vizinhas, é possível que a presença/ausência de equipamentos culturais em um polo próximo sirva de justificativa para investimentos ou desinvestimentos nessa modalidade de oferta de bens culturais.

Em todos os casos, investigações futuras ganham força a partir do cruzamento dos dados da Munic-IBGE com outros oriundos de pesquisas realizadas por universidades e centros de investigação. No caso do Observatório Cultural Unilasalle e do Observatório Unilasalle: Trabalho, Gestão e Políticas Públicas, uma das preocupações para 2014 é estabelecer parcerias com as prefeituras dos municípios da Região Metropolitana de Porto Alegre, com vistas à atualização dos dados sobre equipamentos culturais¹⁴ e à obtenção de informações sobre o perfil

¹³ Como apontam autores como Teixeira Coelho (1997) e Isaura Botelho (2001), essa tendência de descentralização e democratização do acesso à cultura tem suas origens nas gestões Malraux e Lang, nos ministérios da Cultura na França. No Brasil, a ênfase é mais na diversidade cultural do que na democratização do acesso às artes ou à cultura erudita, princípio que deu origem às *Maisons de la Culture* na França.

¹⁴ As parcerias já estabelecidas permitem, entre outras coisas, a checagem dos dados da Munic-IBGE e a contabilidade total da oferta de equipamentos culturais – e não apenas o somatório da presença/ausência tal como apresentado aqui.

histórico, étnico e cultural (por exemplo: data de emancipação; datas de surgimento e de eventuais desaparecimentos de equipamentos culturais; datas de investimentos ou desinvestimentos em equipamentos culturais; linhagens familiares de prefeitos e vereadores; períodos de fluxos demográficos significativos etc.). No diapasão dessas informações, a equipe de pesquisadores dará continuidade às investigações sobre a oferta de equipamentos culturais nesses municípios, testando novamente a hipótese formulada neste artigo.

REFERÊNCIAS

- ALBINATI, Mariana. O território nas políticas culturais para as cidades. **Políticas Culturais em Revista**, v. 2, n. 2, p. 72-83, 2010.
- AZEVEDO, Eurico Andrade. Instituição de Regiões Metropolitanas no Brasil. **Revista Brasileira de Geografia**, v. 20, n. 79/80, p. 121-200, jul./dez. 1967.
- BC DEPEC, Banco Central do Brasil Departamento Econômico. **Boletim Regional do Banco do Brasil**. Brasília: Controle Geral de Publicações, outubro 2013. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/pec/boletimregional/port/2013/10/br201310P.pdf>>. Acesso em: 12 mar. 2014.
- BENHAMOU, Françoise. **A economia da cultura**. Cotia, SP: Atelie Editorial, 2007.
- BOTELHO, Isaura. Dimensões da Cultura e Políticas Públicas. *São Paulo em Perspectiva*, v. 12, n. 2, p. 73-83, 2001.
- BRASIL. **As metas do Plano Nacional de Cultura**. Brasília, DF: Ministério da Cultura, 2012.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988.
- BRASIL. **Estruturação, Institucionalização e Implementação do Sistema Nacional de Cultura**. Brasília: Secretaria de articulação institucional/Ministério da Cultura, 4 nov. 2010.
- BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br>>. Acesso em: 12 mar. 2014.
- CALABRE, Lia. Políticas Culturais no Brasil: balanço e perspectivas. In: ENECULT - ENCONTRO DE ESTUDOS MULTIDISCIPLINARES EM CULTURA, 3., 2007, Salvador. **Anais...** Salvador: UFBA, 2007. p. 1-18.
- CALABRE, Lia. **Políticas culturais: reflexões e ações**. São Paulo: Itaú Cultural; Fundação Casa de Rui Barbosa, 2009.
- CALABRE, Lia. **Políticas Culturais: Teoria e Práxis**. Rio de Janeiro: Itaú Cultural; Fundação Casa de Rui Barbosa, 2011.
- COELHO, Teixeira. **Dicionário Crítico de Política Cultural**. São Paulo: Editora Iluminuras, 1997.
- CORTE REAL, Antonio. **Subsídios para a história da música no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Movimento, 1984.
- COSTA, Cristiane Simoes Netto et al. Política cultural e desenvolvimento: uma análise do Programa Bairro Escola, do município de Nova Iguaçu – Rio de Janeiro. **Cadernos EBAPE.BR**, v. 9, n. 4, p. 1028-1044, dez.

2011.

FREY, Klaus. Políticas Públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil. **Planejamento e Políticas Públicas**, n. 21, p. 211-260, jun. 2000.

GASTAL, Susana. Salas de cinema: cenários de uma história porto-alegrense. **Revista FAMECOS**, v. 1, n. 9, p. 132-143, dez. 2008.

GOHN, Maria da Glória. Cidadania e direitos culturais. **Katálisis**, v. 8, n. 1, p. 15-23, fev. 2005.

HOTZ, Eduardo Fontes. A organização metropolitana pós-constituição de 1988. **São Paulo em Perspectiva**, v. 14, n. 4, p. 91-98, 2000.

MAIA, Tatyana de Amaral. Políticas culturais e patrimônio histórico: as ações do Conselho Federal de Cultura (1967-1975). **Revista Memória em Rede**, v. 2, n. 7, p. 1-17, jul.-dez. 2012.

MARTINS, Cristina Maria dos Reis. Caracterização da Região Metropolitana de Porto Alegre. **Textos para discussão FEE**, n. 112, p. 1-24, jan. 2013.

NUSSBAUMER, Gisele Marchiori. **Teorias & políticas da cultura**. Salvador: Universidade Federal da Bahia, Centro Editorial e Didático, 2007, p. 1-181. Disponível em: <<https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ufba/138/1/Políticas%20culturais.pdf>>. Acesso em: 03 mai. 2014.

PASSERON, Jean-Claude. **O raciocínio sociológico**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.

REIS, Ana Carla Fonseca. **Economia da cultura e desenvolvimento sustentável: o caleidoscópio da cultura**. Barueri, SP: Editora Manole, 2007.

REIS, Paula Félix dos. Políticas Nacionais de Cultura: o documento de 1975 e a proposta do governo Lula/Gil. **Políticas Culturais em Revista**, v. 2, n. 1, p. 73-90, 22 abr. 2008.

RUBIM, Antonio Albino Canelas. Plano Nacional de Cultura em debate. **Políticas Culturais em Revista**, v. 1, n. 2, 2009.

RUBIM, Antonio Albino Canelas. Políticas culturais do governo Lula. **Revista Lusófona de Estudos Culturais**, v. 1, n. 1, p. 224-242, 2013.

RUBIM, Antonio Albino Canelas. Políticas culturais no Brasil: tristes tradições. **Revista Galáxia**, n. 13, p. 101-113, 13 jul. 2007.

UNILASALLECULT. **Informativo Metas do Plano Nacional de Cultura**. Disponível em: <<http://observatoriocultural.unilasalle.edu.br/?p=905>>. Acesso em: 03 mar. 2014.